

Suspensa negociação com bancos

Vinculação de empréstimos novos ao acordo com o FMI e penhora de bens e reservas no Exterior criaram o impasse e a suspensão

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O governo brasileiro está disposto a aceitar a vinculação dos desembolsos de novos empréstimos dos bancos credores com os desembolsos do empréstimo que o País está negociando com o FMI (que só são feitos se o Brasil cumprir metas trimestrais de uma carta de intenções), informou, ontem, o secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral. O secretário e o diretor de Dívida Externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas, chegaram ontem de Nova York e explicaram, em entrevista coletiva, os motivos que levaram à suspensão das negociações com os bancos credores.

Segundo os dois negociadores brasileiros, os entendimentos foram paralisados pelo surgimento de dois obstáculos: a questão da vinculação dos novos empréstimos ao cumprimento do acordo com o FMI, e a intenção dos bancos credores de incluir uma cláusula de penhora no acordo com o Brasil. Esta cláusula permitiria aos bancos penhorarem bens e reservas brasileiras no Exterior, caso o País decretasse uma moratória unilateral.

Seixas disse que uma "divergência" entre os bancos credores também contribuiu para a paralisação dos entendimentos. Um grupo de bancos deseja que o acordo estipule que o rescalonamento da dívida brasileira se inicia com créditos vencidos a partir de 1982. O outro grupo quer uma data-base mais recente. O diretor do Banco Central afirmou que o Brasil defende a data-base de 1982, mas que esta questão não preocupa o governo, porque o ano pode ser outro sem que ocorra uma diminuição do volume de recursos que o Brasil deseja dos bancos (até US\$ 5,2 bilhões, segundo ele).

VINCULAÇÃO

Amaral assinalou que o Brasil "não pleiteia uma desvinculação total" entre os desembolsos dos bancos com os do FMI. "Estamos dispostos a propor outro tipo de vinculação que não provoque os inconvenientes das vinculações ocorridas no passado", garantiu o negociador. Mas Amaral recusou-se a fornecer qualquer indício de como seria esta vinculação parcial, argumentando que "esta é uma idéia nova que nos leva ao campo do desconhecido".

O secretário de Assuntos Internacionais só admitiu a aceitação de vinculação no final da entrevista e depois da insistência dos repórteres. Antes, chegou a informar que a posição brasileira era a da não vinculação e que ela tinha sido mantida de maneira "firme" durante as negociações, atendendo a orientação do governo.

Amaral observou que a exigência da cláusula de penhora será mais fácil de ser negociada. Para ele, a inclusão de penhora no acordo não significa que ela será cumprida, "porque isto é uma possibilidade muito remota". Pádua Seixas concordou com Amaral e lembrou que nenhum bem ou fundo brasileiro foi penhorado quando o Brasil decretou a moratória, no ano passado, apesar do último acordo firmado entre o Brasil e os bancos conter uma cláusula de penhora.

IMPASSE

Os dois negociadores asseguraram que as causas que levaram à suspensão das negociações não podem configurar um impasse. "Apenas resolvemos dar um tempo para que os bancos discutam entre si as questões", destacou Amaral.

Pádua Seixas informou que a retomada nas negociações depende, agora, desta discussão entre os bancos. Durante o período em que os bancos discutirem as três questões, a missão técnica brasileira de negociação receberá instruções do governo brasileiro, declarou o diretor do Banco Central.

Seixas também explicou que o acordo pode ser fechado depois do dia 31, sem que ocorra uma desclassificação dos créditos brasileiros por parte dos bancos credores dos Estados Unidos. A legislação desse país permite que créditos bancários em atraso superior a 90 dias possam ser rebaixados pelos bancos. Como no dia 31 completam-se três meses do último pagamento de juros pelo Brasil aos bancos, os débitos do País estariam sujeitos ao rebaixamento.

O diretor do Banco Central explicou que, tecnicamente, o Brasil ainda está com débitos vencidos há mais de três meses, porque os juros referentes ao período da moratória, que compreende entre março e setembro de 1987, ainda não foram pagos. Este atraso já provocou o rebaixamento dos créditos dos bancos junto ao Brasil no ano passado.



Júlio Fernandes

Amaral e Pádua Seixas: bancos também têm divergências